



O EQUILÍBRIO ESTRATÉGICO SUL-AMERICANO COMO FORÇA DE INSPIRAÇÃO DO PENSAMENTO GEOPOLÍTICO NO BRASIL E NA ARGENTINA (1900-1950)

Rildo Borges Duarte ¹
Marcos Antônio Fávaro Martins ²

RESUMO

O artigo tem o objetivo de avaliar a influência que o fenômeno conhecido como “equilíbrio estratégico sul-americano” teve sobre o pensamento geopolítico do vice-almirante argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954) e do marechal brasileiro Mário Travassos (1891-1973). A literatura especializada consideram esses dois autores os principais geopolíticos de seus respectivos países, motivo pelo qual eles foram selecionados como objeto de análise do presente estudo. Assim sendo, o presente trabalho apresenta um conceito para o termo “Equilíbrio estratégico sul-americano” conceito esse que serve como organizador da abordagem que enquadra as concepções Storni e Travassos dentro do mesmo esquema analítico. Na sequência, o trabalho explora em tópicos separados as respectivas concepções geopolíticas objetivando identificar a influência que o equilíbrio estratégico sul-americano teve sobre cada uma delas. Intenta-se, então, prestar contribuição no plano da política, com apontamentos sobre as raízes do pensamento militar e geopolítico sul-americano, o que acreditamos ser útil para o projeto integracionista, em voga atualmente no cenário internacional sul-americano. Como veremos, o “equilíbrio estratégico sul-americano” influencia na forma que Travassos e Storni pensam a ocupação do território de seus respectivos países e na forma que Storni formula sua política de defesa nacional.

Palavras-chave: Equilíbrio estratégico sul-americano, Pensamento geopolítico brasileiro, Pensamento geopolítico argentino, Mário Travassos, Segundo Rosa Storni.

¹Docente do IFSULDEMINAS / Campus Passos - MG, rildo.duarte@ifsuldeminas.edu.br

²Docente do curso de Relações Internacionais da Universidade Paulista (UNIP) - SP, marcofavaro84@gmail.com



ABSTRACT

The article aims to assess the influence of the phenomenon, known as “South American strategic balance”, had on the geopolitical thought of the Argentine Vice-Admiral Segundo Rosa Storni (1876-1954) and the Brazilian Marshal Mário Travassos (1891-1973). The specialized literature considers these two authors to be the main geopoliticians of their respective countries, which is why they were selected as the object of analysis in this study. Therefore, the present work presents a concept for the term “South American Strategic Equilibrium”, a concept that serves as an organizer of the approach that frames the Storni and Travassos concepts within the same analytical scheme. Next, the work explores, in separate topics, the respective geopolitical conceptions, aiming to identify the influence that the South American strategic balance had on each one of them. It is intended, to make a contribution in terms of politics, with notes on the roots of South American military and geopolitical thought, which we believe to be useful for the integrationist project, currently in vogue in the South American international scenario. As we will see, the “South American strategic balance” influences the way that Travassos and Storni think about the occupation of the territory of their respective countries and the way that Storni formulates his national defense policy.

Keywords: *South American strategic balance; Brazilian geopolitical thought; Argentine geopolitical thought; Mário Travassos, Segundo Rosa Storni.*

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem o objetivo de avaliar a influência que o *equilíbrio estratégico sul-americano* teve sobre a formulação do pensamento geopolítico brasileiro e argentino na primeira metade do século XX (1900-1950). Neste sentido, deveremos, em um primeiro momento, analisar como a obra do geopolítico argentino Segundo Rosa Storni (1876-1954) foi influenciada pelo equilíbrio estratégico sul-americano, tendo como fonte primária de investigação o livro “*Intereses argentinos en el mar*”, lançado ao público em 1916. Também analisaremos como o mesmo fenômeno incidiu sobre o pensamento do brasileiro Mário Travassos (1891-1973). Neste caso, enquadraremos como fonte primária de investigação o livro “*Projeção continental do Brasil*” (1947),



publicado pela primeira vez em 1931, com o título “*Aspectos geográficos Sul-americanos*”.

O livro “*Projeção continental do Brasil*” foi escrito em forma de artigos na década de 1920, e publicada em forma de livro na década de 1930. Este é o período que a república velha conhece o seu completo desgaste e que os setores dominantes da sociedade brasileira viam a necessidade de industrializar o país e integrar o seu território. Já Storni escreve no apogeu do poder nacional argentino, época que seu país era a maior economia da América Latina e encarnava com sucesso os valores liberais do século XIX. Paradoxalmente o Brasil ingressou em um processo de ascensão a partir de 1930, processo esse que duraria até a década de 1980, enquanto que a Argentina entraria em decadência na década de 1960 em uma sequência de crises que dura até os nossos dias.

O trabalho de Jack Child “*Geopolitics and conflict in South America. Quarrels among neighbors*” (1985) faz uma retomada panorâmica do pensamento geopolítico na América do Sul e não aponta para as influências do equilíbrio estratégico sobre cada concepção em específico. O nosso trabalho propõe um esforço de detalhamento, onde nós selecionamos as duas principais concepções geopolíticas do período: a concepção insular argentina e a concepção continental brasileira.

Para dar cabo do nosso objetivo, o item “Resultado e discussão” foi subdividido em duas seções, a primeira delas com o objetivo de descrever e analisar a concepção geopolítica de Storni e, a segunda, descreve e analisa a concepção de Mário Travassos. O quadro comparativo das duas teorias é apresentado na conclusão.

METODOLOGIA

Nosso critério de seleção para enquadrar as obras de Storni e Travassos como objeto de investigação se baseou em dois aspectos sensíveis: em primeiro lugar a consulta a bibliografia especializada (CHILD, 1985; GUGLIAMELLI, 1978; MELLO, 1997) dá o protagonismo para esses dois autores no rol de formuladores do pensamento geopolítico em seus respectivos países. Em segundo lugar, nossos estudos anteriores (FÁVARO MARTINS, 2016; FÁVARO MARTINS, 2018) apontam que tais autores, cada um em seu contexto e com graus de sucesso diferentes conseguiram ser influentes na política territorial em curso.



REFERENCIAL TEÓRICO

O conceito fundamental para a análise aqui proposta é o de “Equilíbrio estratégico sul-americano”. Ainda pouco presente na literatura científica, a expressão se refere ao conjunto de alianças informais estabelecidas no Cone Sul a partir do processo de formação de Estados, durante o século XIX, cujos principais marcos históricos foram a unificação do Estado argentino com a “*Batalha de Pavón*”, em 1861, a Guerra da Tríplice Aliança, entre 1864 e 1870, e a Guerra do Pacífico, entre 1879 e 1883.

Esses conflitos criaram uma sequência de contradições no arranjo territorial dos Estados em tela, e de rancores nas respectivas comunidades políticas nacionais, que passou a apontar tais contradições como as grandes questões nacionais (DORATIOTO, 2002; BANDEIRA, 2003). Tais contradições e rancores se mostraram fenômenos fundantes, uma vez que, por décadas seguidas, a política internacional no Cone Sul era orientada por eixos de tensionamento que ao mesmo tempo que se interligavam e compunham uma cadeia de rivalidades, formavam também um sistema equilibrado por conta da dissuasão que o risco de um conflito generalizado no Cone Sul promovia.

A disputa pelo território das Missões e pela influência sobre o Uruguai, O Paraguai e a Bolívia colocavam o Brasil e a Argentina em uma condição de rivalidade. Tal rivalidade, porém, não podia aflorar em forma de conflito armado, uma vez que a Argentina também possuía rivalidades de natureza territorial com o Chile, rivalidades estas que, no período em tela, se referiam ao domínio e posse da Patagônia (ESCUDE, 2008; BANDEIRA, 2003).

O Chile, por sua vez, não poderia acometer a Argentina, sem o risco desta se aliar com o Peru e a Bolívia, inimigos históricos do Chile por conta da disputa pelo deserto salitreiro, que castrou a Bolívia de Antofagasta e o Peru de Tacna e Arica na guerra de 1879. Cada grande Estado da disputa (ou seja, Argentina, Brasil, Chile e Peru), poderia se ver envolvido em uma guerra de duas frentes, na medida que reivindicasse o território pretendido. Conforme descreve Moniz Bandeira (2003, p. 56):

A América do Sul era como um tabuleiro de xadrez, em que não podia se movimentar qualquer peça contra outra, sem o risco de sofrer um ataque pela retaguarda, dada a cobertura com que todos os países contavam. A Argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das Missões, caso ela se envolvesse em guerra com o Chile. O Chile



também evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem a retomada de Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acometesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. Em tais circunstâncias, portanto, os entendimentos entre Brasil e Argentina acarretariam, naturalmente, profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul, com imensa desvantagem para o Chile.

Nesse complexo, Chile e Brasil eram aliados naturais contra a Argentina e Peru e Argentina eram aliados naturais contra o Chile. É importante dizer, também, que o Peru possuía questões territoriais com o Brasil, por conta do domínio das porções ocidentais da Amazônia (BANDEIRA, 2003).

Essa situação de antagonismo também ameaçava os pequenos Estados da região que eram o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. Além de possuir ressentimentos nacionais pelas perdas territoriais e humanas do século XIX, tais Estados se caracterizavam pela falta de autonomia que faziam dos mesmos “reféns” do processo político em curso, protagonizado pelos grandes Estados da Região.

Tradicionalmente o Uruguai era vulnerável entre as disputas entre Brasil e Argentina, e muitas vezes o próprio Uruguai servia de objeto para tal disputa. Situação parecida era do Paraguai que, após ser destruído na guerra de 1864 era alvo da cobiça tanto do Estado argentino quanto do Estado brasileiro (BANDEIRA, 1998, “a”). A pior situação era da Bolívia que tinha a porção oriental do seu território envolvida pelas disputas entre Brasil e Argentina e a o seu flanco oriental afetado pelas disputas entre Chile e Peru (FÁVARO MARTINS, 2016).

A expressão, pouco discutida pela literatura científica, teve um significado diplomático e militar superlativo na segunda metade do século XIX, período em que se consolidou o processo de formação de Estados no Cone Sul. Ela também foi uma das marcas fundamentais na política internacional no Cone Sul na primeira metade do século XX, motivando acordos diplomáticos importantes como os “*Pactos de mayo*” de 1902; o “*Pacto do ABC*” em 1915 e o “*Acordo antibélico*” de 1933.

Como também, na primeira metade do XX o equilíbrio estratégico motivava a corrida armamentista entre os grandes atores regionais, como também foi uma manifestação evidente em grandes eventos políticos como a crise do Acre de 1903, a crise fronteiriça entre Brasil e Argentina pelas Missões, em 1908 e, finalmente, a Guerra do Chaco, entre 1932 e 1935 (BANDEIRA, 1998, “a”; ESTIGARRÍBIA, 1989).



Tal característica da política regional foi uma influência importante na construção do pensamento geopolítico sul-americano. Na década de 1980, Jack Child (1985) apontou tal fenômeno, ao lado do processo de industrialização tardia e por substituição de importações, como uma das forças inspiradoras das concepções geopolíticas na região.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dois são os resultados da análise aqui proposta, qual sejam, a influência sobre a concepção insular do vice-almirante Segundo Rosa Storni e sobre a concepção continental do Marechal Mário Travassos.

1. A influência do equilíbrio estratégico sul-americano sobre o pensamento de Segundo Rosa Storni

O vice-almirante Segundo Rosa Storni foi uma figura proeminente em sua época não apenas por formular a “*Concepção da Argentina Insular*”, mas também pelos cargos que ocupou na “*Armada de la Republica Argentina*” (ARA), pela sua influência política e também pela sua contribuição para a pesquisa universitária, uma vez que esteve diretamente ligado aos estudos oceanográficos que delimitaram a plataforma continental argentina (STORNI, 1904) – de onde derivou o conceito de “*Mar argentino*”, (STORNI, 1967) que nada mais é que o esforço de delimitar os limites da plataforma continental argentina (ver figura 1).

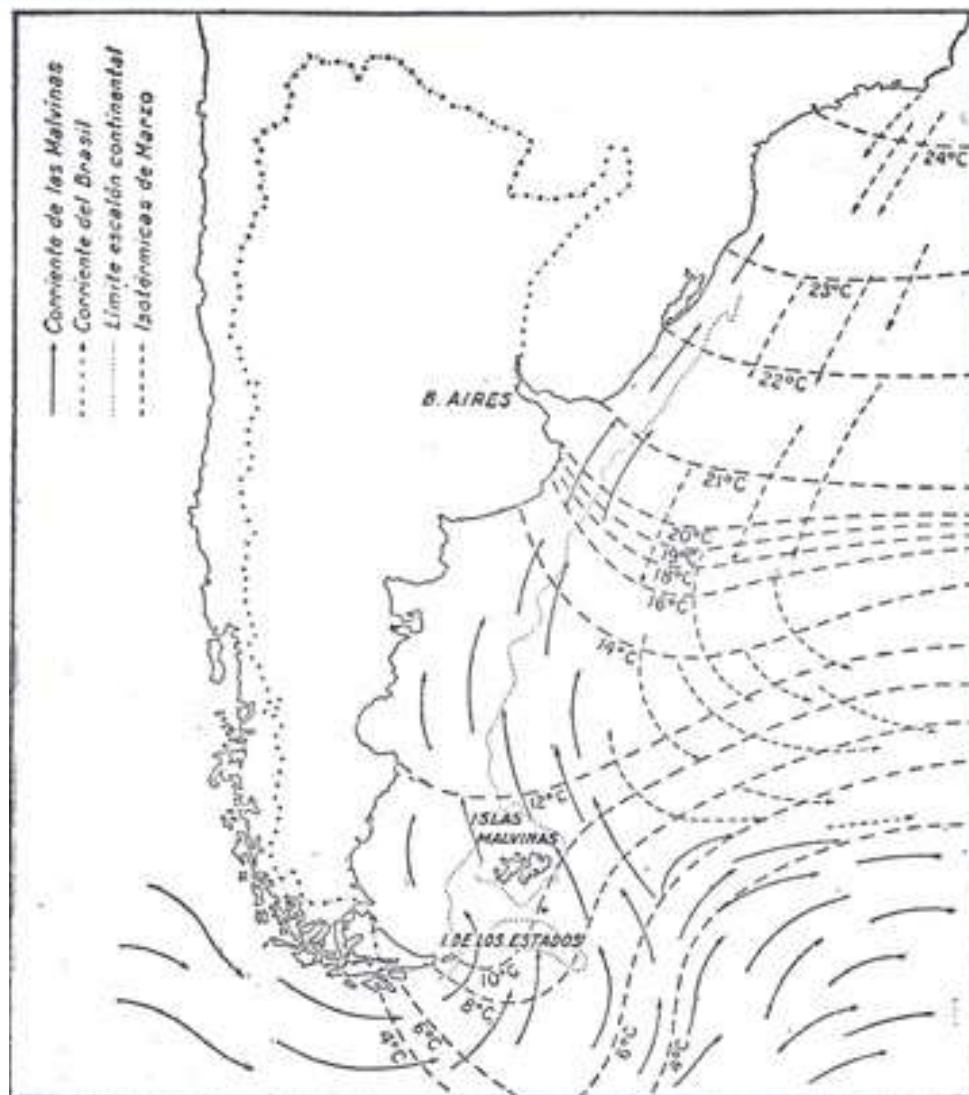


FIGURA 1: A CONCEPÇÃO STORNIANA DE “MAR ARGENTINO”

Fonte: STORNI, Segundo R. *Intereses argentinos em el mar*. 3ª ed. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 1967, p.55.

Anos de pesquisa oceanográfica levaram os argentinos a este mapa, o primeiro esboço da plataforma continental do país. O mapa foi um trabalho em conjunto da ARA e dos institutos oceanográficos e foi muito importante para atividade da pesca. Ele tem um significado político expressivo, pois dá bases para a reivindicação territorial. No livro de Storni (1967), ele é apresentado como uma nova concepção de Argentina, um país que deveria se voltar para as atividades econômicas no Atlântico.

Do ponto de vista político é importante ressaltar que a ARA formava um grupo político independente, com concepções e projetos próprios, se distinguindo inclusive do Exército. A Fragmentação política era um traço característico da Argentina da época, de maneira que a ARA era uma porta voz dos valores liberais do século XIX (CIRIA, 1975).

Seguindo as premissas lançadas por Alfred Mahan (1840-1914) acerca dos componentes do poder Marítimo (MAHAN, 2007), Storni defende que a Argentina deve



passar por uma ampla transformação social, deixando de ser uma sociedade *potâmica* (ou seja, uma sociedade organizada nas margens do Rio da Prata) para se tornar uma sociedade *talássica*, organizada de forma lindeira, ocupando a Patagônia e o Atlântico Sul argentino. Tal empreendimento era de fato muito ambicioso para uma nação recém-formada que, ainda que rica, era econômica e tecnologicamente dependente dos países de capitalismo central.

O projeto storniano incluía um projeto industrial de construção naval e um projeto territorial, de ocupação da patagônia a partir de seus rios navegáveis (STORNI,1967). Tal esforço colocava a ARA como instituição central do projeto de organização nacional, uma vez que ela seria fornecedora de quadros e técnicas para a consolidação de tal processo, ao mesmo tempo que seria ela a principal instituição de defesa nacional

Partindo de uma cosmovisão construída a partir de uma projeção cartográfica de *Beythien*, Storni colocava a Argentina como uma peça importante de uma sociedade marítima comandada pela a Grã-Bretanha. A Argentina deveria constituir uma “potência marítima média”, com domínio dos mares adjacentes, mas sem rivalizar com o Império Britânico (ver figura 2).

Tal posição, diferente do que se pode supor, não colocava a questão das Malvinas como questão de defesa prioritária para o autor. As boas relações que a Argentina tinha com a coroa Britânica levava o autor a supor que os arquipélagos seriam devolvidos para a Argentina em um futuro próximo.

É no pensamento storniano sobre política de defesa que se percebe com mais nitidez a influência do equilíbrio estratégico sul-americano. Como vimos anteriormente, a Argentina cultuava a sua inimizade estabelecida por razões territoriais contra o Brasil, por questões relativas ao domínio da Bacia do Rio da Prata e, contra o Chile, em questões atinentes aos canais navegáveis do extremo sul e ao próprio domínio da Patagônia. Tais rivalidades levavam à corrida armamentista e a aliança informal entre o Chile e o Brasil.

Essa é uma relação fundamental para compreendermos a política de defesa proposta por Storni: ela parte de uma consciência de cerco estratégico, uma vez que as linhas de comunicações marítimas (LCMs) da Argentina passavam pelas costas do Brasil e o Chile. Assim, a prioridade do orçamento de defesa argentino deveria ter como prioridade a arma naval.

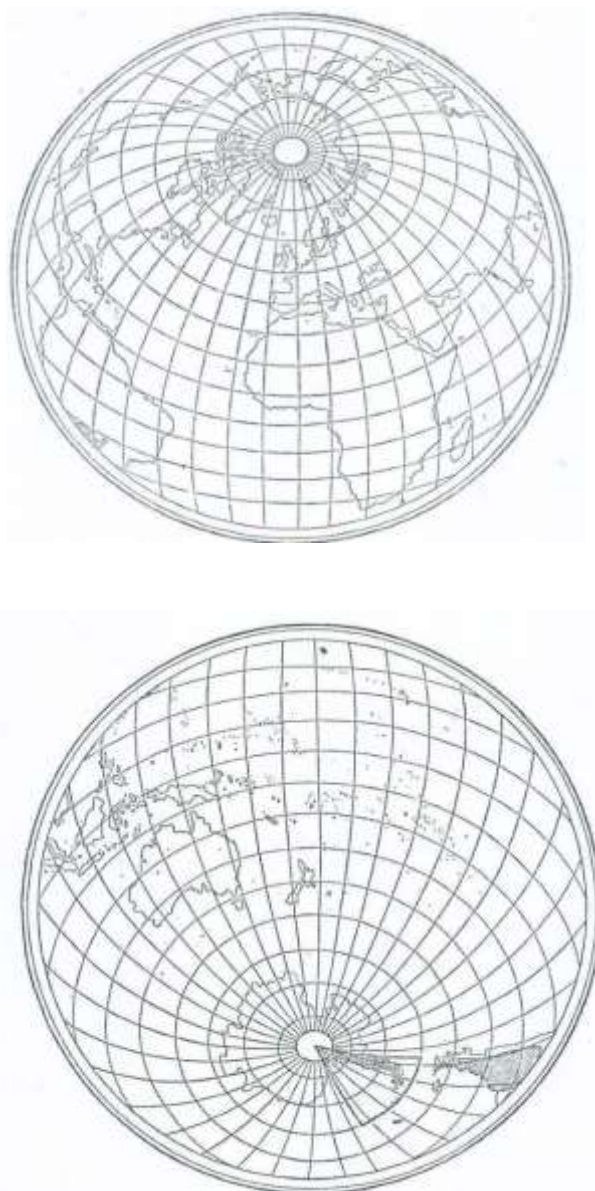


FIGURA 2: CONCEPÇÃO GEOPOLÍTICA BI-HEMISFÉRICA

Fonte: STORNI, Segundo R. *Intereses argentinos em el mar*. 3ª ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967, pp. 27-28.

A projeção de Beythien apresenta uma visão de mundo particular: na sua primeira sessão (mapa de cima) evidencia-se a importância do hemisfério continental (Europa, Ásia e Oceania) em detrimento do hemisfério Insular (Américas). Na segunda sessão (mapa de baixo), deve ser observada a posição da Argentina, que junto com o Chile e o Uruguai são os únicos países das Américas representados. Nesta segunda sessão, a Argentina se projeta como uma cunha para a Antártida, dividindo o Atlântico do Pacífico. É a partir dessa cosmovisão que Storni vai formular o seu pensamento de valorização do Atlântico enquanto canal de comunicação para o *Hemisfério Continental*.



A possibilidade de uma aliança real entre Chile e Brasil, com total obstrução das rotas marítimas argentinas em caso de conflito levava Storni a adotar um conceito quantitativo de política de defesa. O autor propôs a adoção do conceito do *Two Powers Standard*, devidamente adaptado para a realidade no Cone Sul. O Conceito Britânico, fundado pelo *Royal Defense Act* de 1889, estabelecia que a Grã-Bretanha deveria ter um número de navios de guerra suficiente para dissuadir uma hipotética aliança entre França e Alemanha. No caso argentino, Storni defendeu que o número de navios de Guerra argentinos deveria ser suficientemente para dissuadir uma possível aliança entre Chile e Brasil, muito provável em uma situação de crise.

As poucas menções que Storni faz a uma política de cooperação entre Argentina, Brasil e Chile são uma ambiguidade importante do discurso do autor que nós vamos explorar em trabalho futuro.

Para o contexto da época, devemos considerar não apenas a influência anglo-saxã na obra do autor, mas o contexto instável do Cone Sul que promovia uma corrida armamentista custosa para os orçamentos nacionais e que era sistematicamente incentivada pelos Estados Europeus, exportadores de material bélico (BANDEIRA, 2003).

Neste contexto, muito mais profunda que a rivalidade entre Brasil e Argentina era a rivalidade entre Chile e Argentina. Menos conhecida pelo público Brasileiro, tal rivalidade não se restringia apenas aos canais navegáveis do Sul, mas também a domínios de território antártico e da própria Patagônia. Como sabemos, a Patagônia não era território argentino até a “Campanha do Deserto” de 1879. Essa expedição militar, que levou ao extermínio dos povos naturais da Patagônia, era objeto de disputa entre Chile e Argentina durante o período de formação de Estados, na primeira metade do século XIX. Segundo Carlos Escudé (2008), os comerciantes chilenos compravam gado das populações tradicionais da região e a possibilidade de a região da Patagônia ser anexada pelo Estado Chileno era real. Em 1879 o Chile ocupa suas forças militares contra a Bolívia e o Peru dando início a Guerra do Pacífico o que deu a oportunidade para a Argentina fazer a anexação.

Apesar dos apelos peruanos para a Argentina atacar o sul do Chile e obrigar este a lutar uma guerra de duas frentes, a Argentina preferiu não continuar suas operações militares contra o Chile, dada a recusa brasileira ao pedido peruano de permanecer neutro (TAUNAY, 1925).



Segundo Moniz Bandeira, os planos Chilenos de invadir e anexar a Patagônia duram até 1930. Tal afirmação explica as preocupações de Storni de colonizar a Patagônia e garantir a sua posse ao território argentino.

2. *A influência do equilíbrio estratégico sul-americano sobre o pensamento de Mário Travassos*

Se Storni é considerado o pai fundador da teoria do poder marítimo argentino; Mário Travassos é considerado o formulador da teoria do poder terrestre brasileiro. Para os seus comentadores (GUGLIALMELLI, 1978; MELLO, 1997), a concepção de Travassos serviu como doutrina de organização territorial do Brasil desenvolvimentista (1930-1985).

Diferente de Storni, Travassos concebeu que a disputa militar entre Brasil e Argentina não aconteceria no Atlântico Sul, e sim no interior do continente, no interior da Bacia do Rio da Prata, onde tradicionalmente aconteceu os principais choques entre Brasil e Argentina (BANDEIRA, 1998, “a”; BANDEIRA, 1998, “b”; BANDERIA, 2003). Tal argumento negava o pensamento marítimo e colocava em foco de debate o papel da infraestrutura viária no interior do continente.

Travassos interpretou que os objetivos estratégicos mais importantes para a Argentina seriam aqueles referentes a projeção terrestre, que tinham como principal instrumento o sistema ferroviário cujo epicentro era porto de Buenos Aires e como conceito organizador a memória dos nacionalistas argentinos do território do Vice-reinado do Rio da Prata, última unidade administrativa fundada pela coroa espanhola no período colonial que tinha como capital Buenos Aires³. No prefácio da edição de 1947 e “Projeção continental do Brasil”, Travassos assim escreveu:

³ O Vice-reinado do Rio da Prata foi uma unidade administrativa e geopolítica criada pela coroa espanhola em 1776 para a colonização da Bacia do Rio da Prata, que era, durante o período colonial a periferia do império espanhol (BANDEIRA, 1998, “b”). A fundação do Vice-reinado tinha o objetivo de conter o expansionismo português que, com o tratado de Madri de 1750 havia conseguido uma importante vitória, estabelecendo domínio sobre territórios a oeste da linha de Tordesilhas e tornando obsoleto o próprio Tratado de Tordesilhas, firmado em 1494. O Vice-reinado do Rio da Prata teve uma existência relativamente curta, uma vez que, 34 anos depois da sua fundação, em 1810, teve início a revolução em Buenos Aires que levou à ruptura com o domínio espanhol e deu início à formação do Estado argentino. É presunçoso afirmar que a Argentina é herdeira do Vice-reinado do Rio da Prata, uma vez que não existiu continuidade institucional entre o colapso de uma organização e a formação de outra (ESCUDE, 2008) – mas



Contemporaneamente, a magnífica expansão do Estado Argentino, que cada vez mais consolida a irradiação incomparável de sua influência, à sombra de uma mesma língua, de uma mesma religião e da continuidade territorial *que inspiraram os antigos vice-reinados – é mais que um exemplo, porque é verdadeira lição*. O Estado Argentino, com o acionamento das comunicações platinas, exprime a mais perfeita compreensão do seu destino geopolítico – em face dos antagonismos em redor e no quadro da massa continental – *principalmente porque, entre as formas de expansão, se decidiu pelo fomento das comunicações terrestres. A expansão política por meio das comunicações marítimas levaria o Estado Argentino à luta imediata com o Estado Brasileiro, por isso que o litoral sul do Brasil é que definiria os pontos das forças expansionistas. A expansão terrestre afastou essa possibilidade, ao mesmo tempo em que, por linhas interiores, se manifesta sob a forma altamente simpática de solidariedade continental.* (TRAVASSOS, 1947, pp. 19-20, destaque nosso).

Na prática, o projeto continental argentino seria o de anexar os Estados do Uruguai, do Paraguai e do Uruguai e os territórios brasileiros das Missões e os territórios do Sul do Chile (ver figura 3). Na transição do século XIX para o XX a pressão econômica e militar que a Argentina exercia sobre o Paraguai e o Uruguai era significativa e, na década de 1920 tal pressão chegou até a Bolívia, com a descoberta de petróleo no Chaco Boliviano e com a proposta de construção da ferrovia Yungay – Santa Cruz de la Sierra, articulando o território boliviano ao plano ferroviário argentino e transformando a Bolívia em um satélite argentino (BANDEIRA, 1998, “a”). Tal projeto foi acordado no documento que ficou conhecido como “Convenção Carrillo- Gutierrez” de 1922, e teve como grande artífice o diplomata argentino Horacio Carrillo (1887-1955).

Segundo Moniz Bandeira (1998, p. 168, “a”), o grande temor brasileiro tanto do

Estado-Maior do Exército, bem como do Ministério das Relações Exteriores, era de que a Argentina, a dispor de importantes recursos (petróleo, gado e cereais), boa organização econômica e constituindo, na América do Sul, “potência de primeir grandeza”, com “superioridade militar terrestre, marítima e aérea”, sobre o Brasil, tentasse absorver a Bolívia, além do Uruguai e do Paraguai, e assim recompor as fronteiras do Vice-Reino do Rio da Prata.

era exatamente isso que os nacionalistas argentinos da primeira metade do XX faziam: a lembrança do Vice-reinado se tornou uma concepção geopolítica continental, sustentada por intelectuais e burocratas de tendências ideológicas distintas dentro do nacionalismo, que ia do radicalismo ao conservadorismo católico (BEIRED, 2001 ;FÁVARO MARTINS, 2016). Tal concepção era reforçada pelo fato marcante da Argentina possuir um sistema ferroviário que integrava todo flanco hispânico da Bacia do Rio da Prata e que estava em processo de expansão.

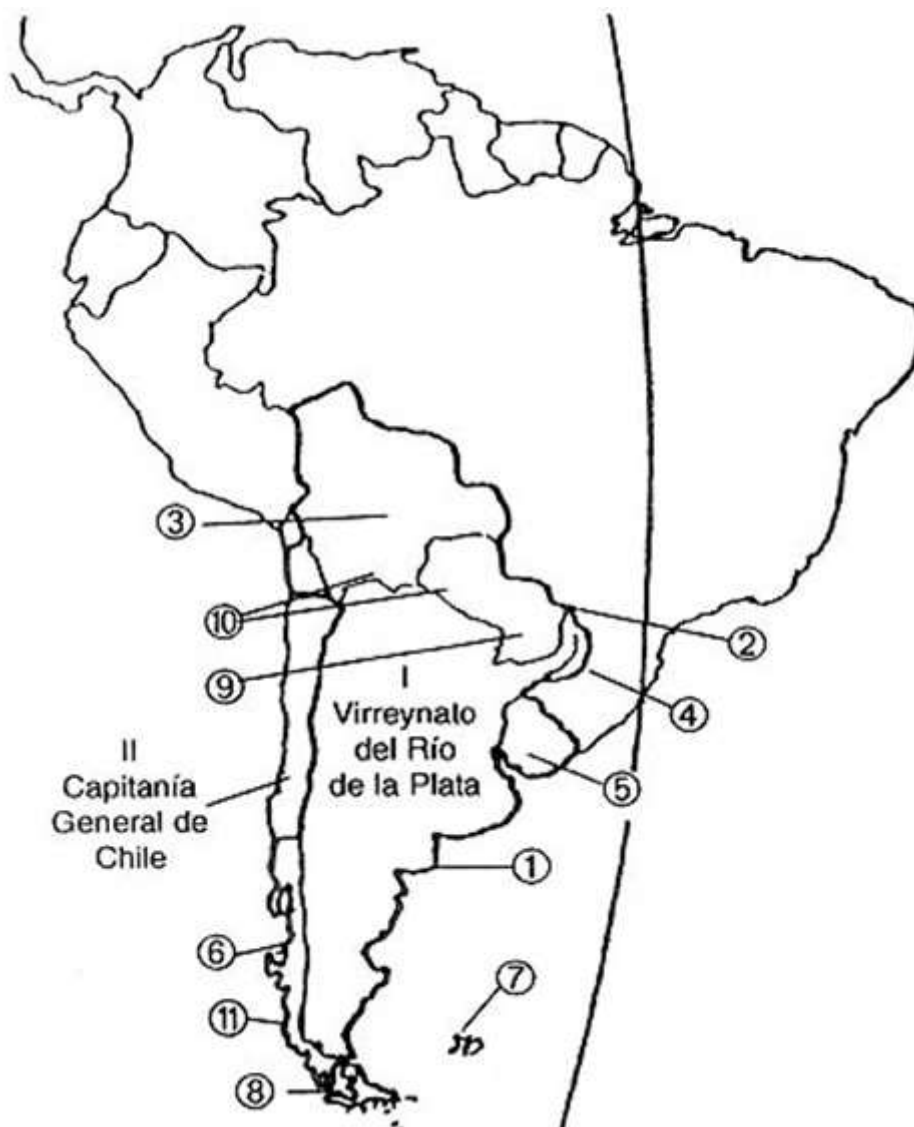


FIGURA 3: REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS ARGENTINAS NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Fonte: <<http://www.argentina-rree.com/Mapas/mapa01.htm>>. Acesso em: 07/06/14.

Entendimento que a República Argentina deveria usar como matriz territorial, o ex Vice-reinado do Rio da Prata deu origem a uma geração de políticos de consciência expansionista, que foram responsáveis por desastres como o conflito das Malvinas, em 1982, ou como a decadência econômica a partir da década de 1960. Para nós, a consciência territorial expansionista obstruiu o projeto de dissuasão e projeção pacífica que Storni formulou, em 1916. O mapa lista as reivindicações territoriais argentinas até pelo menos 1960.



Assim sendo, “Projeção continental do Brasil” é uma resposta a pressão que a Argentina fazia na Bacia do Rio da Prata e, especificamente uma resposta á Convenção Carrillo- Gutierrez que, inclusive, é citada por Travassos (TRAVASSOS, 1947, p.102). Esse delineamento do imperativo estratégico brasileiro, onde a Argentina é enquadrada como ameaça prioritária, é feita considerando também a ameaçadora projeção dos EUA sobre a América do Sul que, partindo do Mar das Antilhas penetra a bacia do Orinoco com sua inversão de capitais e ameaça a chegar na bacia amazônica, onde está assentado o território do Brasil. Ainda que muito mais poderosa que a ameaça argentina, a projeção dos EUA é, segundo Travassos, “(...) *servidão contra a qual inutilmente se debatem os que contra ela se revoltam*” (TRAVASSOS, 1947, p.106).

Esse jogo de influências, onde os transportes aparecem como instrumento estratégico e o território brasileiro é flanqueado é percebida dentro de um conjunto de relações geográficas que não só explicam a natureza da disputa como também apontam para as diretrizes que devem ser adotada pelo Estado brasileiro para a conquista da supremacia no cone Sul.

Para Travassos entre as forças geográficas que se manifestavam sobre a América do Sul, duas teriam impactos sobre a política internacional: seriam os *antagonismos geográficos*, que envolvem os fluxos sociais (reais e potenciais) possibilitados pela configuração geomorfológica sul-americana. Os antagonismos seriam os seguintes:

- O antagonismo do Pacífico X o Atlântico – Para Travassos o Atlântico Sul era muito melhor para o desenvolvimento de sociedades em suas margens que o Pacífico Sul. Isso à ponto do Atlântico Sul exercer uma força de atração econômica sobre os povos ocupantes da Costa do Pacífico a ponto dos Estados andinos almejavem ter acesso aos portos do Atlântico. Isso acontecia por uma sequência de motivações: em primeiro lugar o Atlântico Sul era um dos acessos para se chegar a Europa, que era o mercado consumidor principal da produção econômica da América do Sul na primeira metade do XX. Fora isso, as costas do Pacífico Sul eram avessas à ocupação: incrustradas na Cordilheira dos Andes, as sociedades que lá se formavam só tinham acesso ao leste pelos escassos *pasos e nudos*, aberturas no meio das cordilheiras que tornavam possíveis essas comunicações;
- O antagonismo da Bacia do Prata X a Bacia do Amazonas – outro elemento natural de vetorização dos fluxos comerciais no continente sul-americano seriam as duas maiores



bacias hidrográficas: a do rio Amazonas e a do Rio da Prata. Os dois rios foram utilizados desde a época da colonização como meios de interiorização do processo de ocupação territorial pelos colonizadores e constituem até hoje importantes hidrovias. Os dois rios também setorizam para o leste os fluxos de pessoas e mercadorias produzidos no interior do continente. Porém, Travassos aponta duas diferenças marcantes entre eles: a bacia do Rio da Prata é muito melhor ocupada que a do Rio Amazonas. Enquanto a Bacia do Rio da Prata tem sua capacidade viatorial reforçada pelo sistema ferroviário argentino e uma relativamente densa rede de cidades, a Bacia do Rio Amazonas está ocupada pela selva e por uma esparsa rede de cidades muito dependentes do Rio. Contudo a Bacia do Rio Amazonas está melhor localizada que a do Prata, uma vez que a sua foz está mais próxima do hemisfério norte que a sua concorrente. Enquanto o Brasil domina a foz do Rio Amazonas, a Argentina domina a foz do Rio da Prata;

Nesse quadro de tensões territoriais, que pressupõe a vetorização dos fluxos do interior do continente para o nordeste, a partir do Rio Amazonas e, principalmente, para o sudeste, a partir do Rio da Prata, que o autor vai interpretar os conflitos interestatais descritos anteriormente e esquadrihar a grande estratégia do Brasil.

Os “*signos de inquietação política*” (TRAVASSOS, 1947, p.79) seriam as principais questões políticas diretamente vinculadas ao território brasileiro. Elas seriam a influência econômica dos EUA sobre a Amazônia, a questão do Estado do Uruguai que, com seu território incrustado entre Brasil e Argentina, faz uma política pendular entre os dois e, principalmente, a questão do território da Bolívia.

Por ter seu território assentado sobre o “*Divorcio aquário*”, ou seja, o divisor de águas entre a Bacia do Prata e a Bacia do Amazonas a Bolívia sofreria de uma pressão dissociativa, tendo parte do seu território sendo influenciado pelo Brasil (país hegemônico da Bacia Amazônica) e a Argentina (País dominados da foz do Rio da Prata). Sobre o altiplano boliviano (ou seja, o divórcio aquário) estaria o “*Triangulo estratégico boliviano*”, a rede de cidades dispostas em forma triangular e formada por Cochabamaba, Sucre e Santa Cruz de la Sierra.

Entendendo que a bacia do Rio Amazonas possuía capacidades carreadoras muito superiores às daquelas da bacia do Prata e que a posição do território brasileiro se projetava de forma mais vantajosa sobre os países limítrofes do que o território argentino Travassos propôs que a articulação do território brasileiro por um plano viário e plurimodal deveria servir de instrumento de poder para articular as principais cidades do



Paraguai, Uruguai e Bolívia, trazendo para a esfera de influência brasileira esses países em detrimento da Argentina. Neste particular, o sistema plurimodal brasileiro deveria dar prioridade para o “Triângulo estratégico boliviano” dando acesso à Bolívia ao Rio Amazonas, em um esforço que já havia começado a ser feito no começo do século XX com a construção da ferrovia Madeira-Mamoré.

É importante salientar que a opção por um plano plurimodal – ou seja não unicamente baseado nas ferrovias, mas um híbrido entre ferrovias, hidrovias e rodovias – era motivado pelo fator tempo: a necessidade de competir com a Argentina, que já tinha seu sistema ferroviário estabelecido, exigia soluções rápidas, como o aproveitamento dos rios navegáveis, das ferrovias já construídas e das rodovias (TRAVASSOS, 1942) que, baratas e rápidas, marcariam de maneira permanente o processo de articulação territorial brasileiro (*ver figura 4*).

Quando defende que o Brasil deve priorizar pela construção de uma esfera de influência na Bacia do Rio da Prata e que esse empreendimento deve neutralizar a influência argentina na região, Travassos está sendo orientado pelos imperativos ditados pelo equilíbrio estratégico sul-americano, evidência essa que é comprovada pela leitura dos geopolíticos argentinos do segundo pós guerra (GUGLIAMELLI, 1978), que viram na obra de Travassos o elemento de orientação do Estado brasileiro para a “virada de jogo” no cenário estratégico sul-americano do século XX.

O temor que instabilidade oriunda da configuração territorial dos Estados d Cone Sul poderia originar um conflito generalizado também demonstra a percepção do autor para o equilíbrio de forças na região, como fica claro na citação:

A vinculação andina do território da Bolívia, em face do desentendimento entre o Peru e o Chile, produz constrangimento somente para a própria Bolívia, tornada praticamente mediterrânea. Pelo lado da cordilheira, apenas um ponto de fricção de pouca importância para os demais – um porto para a Bolívia. A oscilação entre as forças político-econômicas que as bacias do Amazonas e do Prata representam, essa sim pode traduzir verdadeiro motivo de apreensões internacionais mais sérias. Essas bacias significam interesses de toda a sorte, ligados às duas mais importantes nações do continente, que, se tudo as une, nem por isso estão de todo livres de possíveis estremecimentos provindos do planalto central do continente. *E nisso não está todo o perigo, pois, se essas nações se estremecerem, é certo que esse estremecimento terá imediata repercussão sobre as demais.* Daí o caráter continental que poderá resultar, como consequência da instabilidade geográfica da Bolívia. (TRAVASSOS, 1947, pp.89-90 – destaque nosso)



Figura 4: PERCEÇÃO ARGENTINA DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS BRASILEIROS

Fonte: GUGLIAMELLI, Juan Enrique. Geopolítica del cone sul. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978, p.143.

Mapa: Interpretação do general Juan Enrique Gugliamelli. Notar que o eixo Sucre-Santa Cruz do "Triângulo estratégico" do planalto boliviano se encontra integrado ao dispositivo viário brasileiro. Ainda que as vias que estão assinaladas no mapa no setor norte do território brasileiro não tenham sido bem sucedidas a princípio, o mapa demonstra com clareza o objetivo do Estado Brasileiro de se integrar à América Andina.



Essa percepção, que os diferentes interesses geopolíticos dos principais Estados continentais se cruzam na Bolívia, e que tal cruzamento pode aflorar de maneira violenta em um conflito generalizado demonstra que Travassos é influenciado pelo Equilíbrio estratégico sul-americano e pode ser apresentado como um teórico de tal fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contudo, diferente de Storni que foi um pensador do poder marítimo, Travassos desenvolveu uma concepção geopolítica continental que priorizava as rivalidades com a Argentina como ponto de organização da grande estratégia Brasileira e aproveitava as melhores condições territoriais do Brasil em relação ao seu rival pratinho para propor um plano de comunicações *plurimodais* e transversais objetivando retirar da órbita argentina Bolívia Paraguai e Uruguai e trazer tais países para a esfera de influência brasileira, fazendo do Brasil o Estado preponderante na Bacia do Rio da Prata. Tal concepção integrava a política territorial brasileira à política externa, uma vez que, para satelitizar os pequenos Estados da Bacia do Rio da Prata o Brasil precisava primeiramente integrar o seu grande território.

Desse quadro geral, concluímos que Storni e Travassos são influenciados pelo equilíbrio estratégico sul-americano, mas que essa influência ocorre de maneira diferente entre eles.

A primeira diferença que apontamos está no plano da grande estratégia. Storni entende que o equilíbrio de forças na região deve ser mantido pela dissuasão cujo principal instrumento de poder seria a superioridade naval já Travassos entende a situação como desequilibrada a favor da Argentina, e vê na integração territorial brasileira o instrumento de poder para a superação da questão. Naturalmente que esses conceitos estratégicos distintos passam por influências de caráter econômico-corporativo uma vez que Storni era um oficial da marinha e Travassos um oficial do exército, mas isso seria tema para um segundo trabalho.

Em segundo lugar, a escolha das prioridades estratégicas são diferentes: Travassos deixa muito claro que o Estado brasileiro é ameaçado tanto na Bacia Amazônica, pelos EUA, como na Bacia Platina, pela Argentina. Nesse tabuleiro o autor prefere priorizar pela neutralização do oponente mais vulnerável, ação que, sem dúvidas, reverberaria em importante processo de economia de forças. Storni tem uma concepção



semelhante: ao defender a colonização da Patagônia o autor, ainda que indiretamente, enquadra o Chile como ameaça prioritária, não só por ser mais vulnerável que o Brasil, mas também por ser uma fonte de preocupações maior, dada a natureza de suas reivindicações territoriais.

Para o leitor do século XXI, o equilíbrio estratégico sul-americano é um fenômeno datado: a política internacional na América do Sul se estabilizou e se institucionalizou e hoje o continente é um dos mais estáveis do planeta. O mesmo não pode ser dito das concepções geopolíticas de Storni e Travassos pelo fato desses dois autores possuírem comentadores, críticos e, principalmente, seguidores que, em épocas posteriores deram interpretações diferentes para as suas concepções o que resultou em um notável processo de resignificação de ideias. Por esses motivos, tanto Storni quanto Travassos são dois clássicos do pensamento geopolítico sul-americano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, Moniz. A Guerra do Chaco. **Revista brasileira de política internacional**. v.41, n.01, pp. 162-197, 1998, (“a”).

_____. **O Expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. 3ed. Rio de Janeiro: Renavan; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998, (“b”).

_____. **Brasil, Argentina e Estados Unidos – Conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870 - 2003)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Renavan, 2003.

BEIRED, José Luis Bendicho. “A grande Argentina”: um sonho nacionalista para construção de uma potência na América Latina. **Revista brasileira de história**. São Paulo, v.21, n.42, pp. 303-322, 2001.

CHILD, Jack. **Geopolitics and conflict in South America. Quarrels among neighbors**. Nova York: Praeger, 1985.

CIRIA, Alberto. **Partidos y poder en la Argentina Moderna (1930-1946)**. 3 ed. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1975.

DORATIOTTO, Francisco. **Maldita guerra**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.



ESCODÉ, Carlos. **Apuntes sobre los orígenes del nacionalismo territorial argentino**. Buenos Aires: Documento de trabalho n. 388, Universidad del Cema (UCEMA), dezembro de 2008.

ESTIGARRÍBIA, José Félix. **Memorias del mariscal José Félix Estigarribia**. Assunção: Imprensa Salesiana, 1989.

FÁVARO MARTINS, Marcos Antônio. **Construtores da Geopolítica sulamericana**. Boa Vista: Editora da Universidade Federal de Roraima, 2018.

_____. **Terra e mar no pensamento geopolítico argentino: da disputa hegemônica no cenário doméstico a sua influência sobre a Geopolítica do Brasil**. 2016. 221p. Tese (Tese de doutorado em Integração da América Latina), Programa Interunidades em Integração da América Latina, Universidade de São Paulo, São Paulo.

GUGLIAMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cono Sur**. Buenos Aires: Editora El Cid, 1978.

MAHAN, Alfred Tayer. **Influencia del poder naval en la historia**. Madri: Ministério de defesa, 2007.

MELLO, Leonel Itaussu. **A Geopolítica do Brasil e a bacia do Prata**. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1997.

STORNI, Segundo Rosa. **Intereses argentinos en el mar**. 3ed. Buenos Aires: instituto de publicaciones navales, 1967.

_____. Trabajos hifrógráficos argentinos en el Canal de Beagle. **Boletín del centro naval**, v. 22, n. 258, pp. 1035- 1055, 1904.

TAUNAY, Visconde de. **A guerra do Pacifico – Chile versus Peru e Bolívia**. 2 ed. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1925.

TRAVASSOS, Mário. **Introdução à Geografia das Comunicações Brasileiras**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1942.

_____. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia editora nacional, 1947.